



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0014807-55.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falso testemunho ou falsa perícia**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Mauro Sergio da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

**Vistos.**

**Mauro Sérgio da Silva**, portador do RG nº 25762744, filho de Alaides Leonardo da Silva e Adenir de Almeida da Silva, nascido aos 16/04/1972, foi denunciado como incurso no artigo 342, § 1º, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 25 de outubro de 2016, na sala das sessões do Tribunal do Júri desta comarca de Araraquara, localizada na Rua dos Libaneses, nº 1998, bairro do Carmo, nesta cidade e comarca, na qualidade de testemunha, fez afirmação falsa em processo judicial (nº 0006419-76.2010.8.26.0037), com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal.

Consta da denúncia que o acusado foi arrolado como testemunha de defesa no processo-crime movido contra Rudinei Guerreiro, pela prática de tentativa de homicídio, por volta das 21h45min, do dia 25 de novembro de 2009, da vítima *Adriana Cristina Gomes de Oliveira*, já que ele prestou depoimento falso, na tentativa de criar um álibi para Rubinei, tentando retirá-lo da cena do crime e inocentá-lo da acusação. Consta ainda que, desde a fase policial, o acusado, em seu depoimento prestado no dia 05 de maio de 2010, mentiu, alegando que no dia dos fatos "*ele e Rudinei trabalharam até o anoitecer em residência no Condomínio Flamboyant (...) e que não sabe dizer a hora que terminaram o serviço, mas afirma que já era noite. Saindo de lá foram a um bar (...) e que, após, foi embora para sua residência, despedindo-se de Rudinei, que também foi embora do bar. No dia seguinte, Rudinei relatou que saindo do bar veio a acidentar-se e foi até o pronto socorro, onde encontrou a filha e a esposa, tendo sido levado até o plantão policial por acharem que ele tinha atirado*".


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Relata a denúncia também que, na qualidade de testemunha, já em juízo, durante a audiência de instrução, debates e julgamento do referido processo (nº 0006419-76.2010.8.26.0037), realizada no dia 28 de janeiro de 2015, o acusado novamente fez afirmação falsa, contrariando suas declarações anteriores, bem como todo o contexto probatório carreado àqueles autos, dizendo que ***"Naquele dia trabalharam em três lugares até às 16h30 e que depois ele e Rudinei foram a um bar, ficando lá até tarde e que depois foram embora juntos. Ele guardou o carro e Rudinei guardou a moto"***. Além disso, segundo a denúncia, afirmou falsamente que ***"Rudinei não comentou nada com ele que a filha tinha sido baleada e que, no dia dos fatos, Rudinei não mais saiu de casa, porque não ouviu o barulho da moto"***.

Consta, ainda, que em nova oportunidade, por ocasião do julgamento em Plenário do Júri, ocorrido no dia 25 de outubro de 2016, com nítido intuito de criar um alibi para Rubinei e fazer com que os jurados acreditassem que o autor da tentativa de homicídio estava em sua companhia no momento do crime, o acusado disse que ***"Nesse dia trabalhamos até 17h e depois de lá fomos ao bar, cada um em sua motocicleta. Ficamos até 18h30min. Dali fomos para minha casa e Rodinei foi junto. Deitei e depois sai para fora e vi que Rudinei não estava, mas depois me levantei e vi que ele conversando com meu filho. Ele falou que caiu com a moto. Estava com arranhões."***

Por fim, a falsidade de sua afirmação e o propósito de beneficiar Rudinei restaram evidenciadas não apenas pela condenação judicial pela prática do crime de tentativa de homicídio suportada por Rudinei Guerreiro, no processo-crime nº 0006419-76.2010.8.26.0037, mas também por todas as contradições existentes em seus depoimentos, bem como as versões apresentadas pelo próprio réu, que chega a narrar a dinâmica dos fatos de forma diversa, destoando de todas as provadas amealhadas nos autos e que levaram à condenação definitiva de Rudinei pelo crime que foi acusado.

Com as informações contidas no inquérito policial, o representante do Ministério Público ofereceu denúncia e ela recebida em 11 de janeiro de 2018 (fls. 690).

A acusado foi devidamente citado (fls. 700) e apresentou defesa técnica às fls. 708/709.

Não havendo as hipóteses para absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que foram ouvidas 03 (três) testemunhas de acusação. Ausente o réu, que devidamente citado e intimado, não compareceu, foi decretado a sua revelia.

Em alegações finais, o Ministério Público requereu, após a análise do conjunto probatório, a procedência da ação, nos termos da denúncia. De outra parte, o Dr. Defensor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requereu, por sua vez, a absolvição do acusado por insuficiência probatória ou atipicidade.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A presente ação penal é procedente.

A materialidade dos fatos encontra-se demonstrada pelas peças que acompanham a denúncia, extraídas dos autos do processo no qual o falso testemunho foi praticado (0006419-76.2010.8.26.0037), pois verifica-se que houve contradição entre as alegações do acusado. A autoria também se mostra comprovada pelos referidos documentos.

As testemunhas Adriana Cristina Gomes de Oliveira e K.G.G relataram que, na data dos fatos (nos autos nº 0006419-76.2010.8.26.0037) elas foram atingidas por disparos de arma de fogo, foram socorridas e encaminhadas ao pronto socorro. Relataram que Rudinei compareceu no pronto socorro momentos após o crime.

A testemunha Natalia Gomes Gerreira informou que, na data dos fatos, prestou assistência às vítimas, acompanhando-as ao hospital. A testemunha confirmou que Rudinei chegou ao local alguns momentos após o crime. A testemunha também confirmou que o acusado e Rudinei eram amigos íntimos.

O réu não foi interrogado, porquanto ausente e revel.

Entretanto, conforme se verifica no processo criminal nº 0006419-76.2010.8.26.0037, o acusado, quando ouvido na fase policial e em juízo, divergiu em suas versões apresentadas naquelas oportunidades. Além disso, suas declarações mostraram-se inverídicas quando comparadas ao conjunto probatório coligido naqueles autos.

Senão vejamos. As testemunhas ouvidas confirmaram que o Rudinei compareceu no hospital momentos após o crime, o que afasta a tese do acusado de que ele estivesse em sua companhia, dizendo que: *"Naquele dia trabalharam (...)"ele e Rudinei foram a um bar, ficando lá até tarde e que depois foram embora juntos."*; *"no dia dos fatos, Rudinei não mais saiu de casa, porque não ouviu o barulho da moto"*; *"Nesse dia trabalhamos até 17h e depois de lá fomos ao bar, cada um em sua motocicleta. Ficamos até 18h30min. Dali fomos para minha casa e Rodinei foi junto. Deitei e depois sai para fora e vi que Rudinei não estava, mas depois me levantei e vi que ele conversando com meu filho. Ele falou que caiu com a moto. Estava com arranhões."*

Por fim, a falsidade de sua afirmação e o propósito de criar um álibi para afastar Rudinei da responsabilidade penal fracassou diante de sua condenação nos autos nº



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

0006419-76.2010.8.26.0037 (fls. 792/793).

Conforme se verifica dos documentos anexados na denúncia, o réu prestou informação falsa naquela ocasião, no curso de um processo criminal.

Desse modo, estão presentes todas as circunstâncias que impõem a condenação do réu pela prática do crime de falso testemunho, independentemente do fato de não ter logrado convencer o Juízo para o qual prestou o depoimento mentiroso.

O falso testemunho trata-se de delito formal, que se consuma com a simples conduta do agente, independentemente de qualquer alteração no mundo fenomênico. Irrelevante, portanto, não tenha o acusado convencido o juízo dos fatos que narrava, já que isso apenas não ocorreu em razão das contradições havidas entre sua narrativa e dos firmes depoimentos colhidos no processo em questão.

Nesse sentido, já decidiu o E.TJSP: APELAÇÃO CRIMINAL.

*"Falso Testemunho majorado. Sentença Condenatória. Pleito defensivo pela absolvição por ausência de provas. Impossibilidade. Materialidade e autoria bem delineadas. Réu confesso. Crime formal, consumado no depoimento em que falseou a verdade e aperfeiçoado a seu fim. Bem jurídico tutelado é a administração da justiça. Desnecessidade de resultado naturalístico. Objetivo de inocentar o traficante de outro processo. Fato típico, antijurídico e culpável. Dosimetria não comporta alteração. Confissão espontânea que não tem o condão de diminuir a pena aquém do mínimo legal. Regime aberto. Substituição da pena por uma restritiva de direitos inalterado pelo non reformatio in pejus. Sentença mantida. Recurso improvido. (TJSP; Apelação 3000523-67.2013.8.26.0272; Relator (a): Andrade Sampaio; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Itapira - 2ª Vara; Data do Julgamento: 14/06/2018; Data de Registro: 13/07/2018).*

*Apelação Criminal. Falso testemunho em processo penal. Prova segura. Alegação de ausência de influência no desfecho da ação penal e de falta de potencialidade lesiva. Afastamento. Crime formal. Comprovado que o agente, chamado a depor na condição de testemunha comprometida, mentiu em juízo, negando a ocorrência de fato juridicamente relevante ao processo penal, completa ciência acerca do seu comportamento de faltar com a verdade, correta sua condenação. APELO DESPROVIDO. (TJSP; Apelação 0025538-20.2009.8.26.0114; Relator(a): Marcos Correa; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Campinas - 4ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 07/06/2018; Data de Registro: 11/06/2018).*

É certo, ainda, que se encontra presente a circunstância prevista no parágrafo 1º do artigo 342, do Código Penal, já que o depoimento com conteúdo falso foi prestado como prova destinada a produzir efeito em processo penal.

Não prospera a tese da defesa no sentido de que o acusado e o réu no outro processo eram amigos íntimos, portanto não compromissado. E, apesar da testemunha Natalia Gomes



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Gerreira afirmar que o réu tinha amizade com Rudinei (réu do processo nº 0006419-76.2010.8.26.0037), não ficou comprovada que se trata de amizade íntima entre eles, capaz de dispensar o compromisso formal para serem ouvidos como meros informantes, dando-se aos depoimentos o valor que possam merecer em cotejo com o rol das provas. Nada disso ocorreu naqueles autos, de modo que o réu foi compromissado na forma da lei processual penal. Além disso, a amizade íntima não se encontra entre as hipóteses de dispensa do compromisso legal de dizer a verdade prestado pela testemunha, nos termos do artigo 208, combinado com o artigo 206, ambos do Código Penal.

O fato é que ficou comprovado que o réu, efetivamente, prestou depoimento falso. A prova colhida no feito em que o falso foi prestado, e também no curso desta ação, confirmam serem inverídicas as declarações por ele prestadas e mencionadas na denúncia.

Devidamente demonstradas, portanto, a autoria e a materialidade do crime de falso testemunho praticado pelo réu, é de rigor a procedência da ação.

Passo à fixação da pena.

Na primeira fase, verifico que a culpabilidade é normal a espécie. O réu é portador de bons antecedentes. Não há elementos suficientes para aferir sua conduta social, personalidade. Os motivos, as circunstâncias e as consequências do delito são comuns ao tipo. A vítima em nada contribuiu para a prática delitiva. Assim, fixo a pena-base no mínimo legal, em 02 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Na segunda fase verifico a ausência de atenuantes e agravantes, razão pela qual mantenho a pena anteriormente fixada.

Na terceira fase, não estão presentes causas de diminuição de pena. Encontra-se presente a causa de aumento prevista no § 1º do art. 342 do Código Penal, pois cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal. Assim, aumento a pena, fixando-a definitivamente em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 11 dias-multa.

Entendo como cabível o regime inicial aberto para o réu, nos termos do art. 33, § 2º, “c”, do CP.

Cabível, ainda, a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito (artigo 44, I, Código Penal), consistente na prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, a ser estabelecida pelo Juízo das Execuções Penais e prestação pecuniária à entidade pública com destinação social, no montante de um salário-mínimo, na condições estabelecidas pelo Juízo da Execução, por se mostrarem suficiente e necessárias a reprovação e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prevenção do delito.

Diante do exposto e considerando tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal movida pela Justiça Pública para **CONDENAR** **Mauro Sérgio da Silva**, portador do RG nº 25762744, filho de Alaites Leonardo da Silva e Adenir de Almeida da Silva, nascido aos 16/04/1972, por infração ao artigo 342, § 1º, do Código Penal, ao cumprimento da pena de *02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime aberto, substituída na forma supra descrita, além do pagamento de 11 (onze) dias-multa, no piso legal.*

Poderá o réu apelar em liberdade, uma vez que não houve, durante a instrução, qualquer motivo ensejador de custódia cautelar.

Com fundamento no artigo 4º, parágrafo 9º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 11.608/03, o acusado arcará com o pagamento de cem UFESP's a título de custas, observando se o caso o artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Registre-se oportunamente, com expedição das comunicações de praxe.

P.R.I.C.

Araraquara, 04 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**